



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A tríade política, educação e cultura na reflexão e
ação de Mário de Andrade, acerca da modernização
do cidadão brasileiro, nos anos 1930**

PAULO HENRIQUE DA SILVA

BRASÍLIA
2023



PAULO HENRIQUE DA SILVA

**A tríade política, educação e cultura na reflexão e ação
de Mário de Andrade, acerca da modernização do cidadão
brasileiro, nos anos 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Paulo Henrique da Silva, apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, sob orientação da Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita, em 09/02/2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita
(Orientadora)
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosilda e Luiz
pelo sonho.

À minha irmã, Larissa
pela paciência.

À minha avó, Maria Rosa
pelo amor.

À minha prima, Patrícia
pelo companheirismo.

À minha amiga, Luiza
pelo acolhimento.

À minha professora, Sheila
pela História.

Às minhas companheiras e aos meus companheiros de graduação,
pela caminhada.

Ao Micael e à Isabella,
pela vida.

À minha orientadora, Léa
pela compreensão.

Às minhas
professoras, Teresa,
Neuma, Filomena e
Berenice
pela inspiração.

Ao GERPOR,
pela luz.

À UnB,
pela morada.

Ao Mário,
pelos ensinamentos.

*“Será que a liberdade é uma bobagem?...
Será que o direito é uma bobagem!... A
vida humana é que é alguma coisa a mais
que ciências, artes e profissões. E é nessa
vida que a liberdade tem um sentido, e o
direito dos homens. A liberdade não é um
prêmio, é uma sanção. Que ha-de vir.”*

Mário de Andrade

A tríade política, educação e cultura na reflexão e ação de Mário de Andrade acerca da modernização do cidadão brasileiro, nos anos 1930

Paulo Henrique da Silva

Resumo: Inserido no movimento modernista paulista, que reivindicou a renovação da reflexão sobre o Brasil, Mário de Andrade e o grupo de intelectuais a ele articulado e com visões afins, encararam a arte e a cultura não só como inspiração de valor estético, mas também como campo de reflexão para a problematização das condições sociais do país. Mário foi o expoente deste grupo ao idealizar a solução modernizadora do país pela articulação cultura-educação e abriu-se a uma produção de grande engajamento político-cultural na década de 1930. Nesse artigo, nosso objetivo é tratar da visão educacional de Mário de Andrade, ou, da visão dele acerca de qual educação conduziria o Brasil à modernidade, um projeto no qual cultura e educação eram percebidas como imprescindíveis e inseparáveis para a transformação social brasileira. Recortamos para análise a atuação de Mário como administrador público, quando dirigia o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, de 1935 a 1938. Para o estudo, nos fundamentamos na historiografia especializada e nos textos produzidos por Mário - discursos, artigos e cartas endereçadas aos amigos intelectuais publicados pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (RAM-SP). Pudemos assim acessar o intenso diálogo intelectual, educacional e cultural acerca da modernização do Brasil na década de 1930, do qual Mário participou ativamente.

Palavras-chaves: Mário de Andrade; Modernização do Brasil; Educação; Cultura; Política

Nome fundamental da literatura brasileira, Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945, São Paulo) foi poeta, ensaísta, crítico de arte, agitador cultural, musicista e pesquisador da cultura e da tradição popular brasileiras. Nas palavras de Sérgio Miceli, Mário era de uma “competência cultural polivalente”. (MICELI, 2001: 104)

Sua participação foi decisiva na fase inicial do movimento de renovação artística e cultural do grupo modernista de São Paulo, mas é essencial esclarecer que, após participar da organização da Semana de Arte Moderna de 1922, muito além da arte e da estética, Mário de Andrade abriu-se a uma produção de grande engajamento político-cultural nas décadas de 1920 e de 1930. Para Eduardo Jardim, entre os anos de 1917 e 1937, Mário “foi a figura central da vida intelectual do país. Nenhum escritor, nunca mais, teve como ele tanta importância como artista, como formulador de uma interpretação do Brasil e como animador cultural”. (*apud* SENA, 2015: 12)

A visão de educação diferenciada de Mário nos chamou a atenção quando estudávamos os projetos frutos do amplo movimento educacional das décadas de 1920 e 1930 no Brasil, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade de

Brasília.¹ Ou seja, dentre os projetos educacionais pensados naquelas décadas para “civilizar” o cidadão brasileiro, Mário de Andrade e o grupo de intelectuais ao qual pertencia se destacaram por defenderem um projeto voltado para a renovação cultural do país, para a valorização da identidade e da cultura brasileiras e para a reflexão acerca de um projeto modernizador da nação que privilegiasse a ótica da cultura.

Nesse artigo, nosso objetivo é tratar da visão educacional de Mário de Andrade, ou, da visão dele acerca de qual educação conduziria o Brasil à modernidade, um projeto no qual cultura e educação eram percebidas como imprescindíveis e inseparáveis para a transformação social brasileira. Recortamos para análise a atuação de Mário como administrador público, quando dirigia o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, de 1935 a 1938.

As noções teóricas da Nova História Política, que considera o poder entranhado em todo o tecido social e que pensa o poder articulado às dimensões social e cultural (BERSTEIN, 1998), nos orientarão na compreensão do pensamento e da atuação política de Mário de Andrade, quando este teve a oportunidade de elaborar e aplicar políticas culturais para a cidade de São Paulo, como gestor público.

A Nova História Política nos ajudou também a analisar a ação política de Mário engastada no seu contexto histórico, por indicar que, se as trajetórias individuais se enraízam no contexto, o indivíduo não desfruta de liberdade absoluta a ponto de poder agir apenas conforme sua vontade e subjetividade. Esclarece bem que o contexto limita culturalmente e socialmente a liberdade de ação. Por outro lado, evidencia que nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras ou de negociação. (LEVI, 2006: 169)

O papel da cultura na formação do cidadão brasileiro, segundo Mário de Andrade

No Brasil, o projeto modernizador republicano, entre a última década do século XIX e a primeira do XX, tomava como eixo a necessidade de conhecer e definir a identidade nacional.

Segundo o pensamento racista e pseudocientífico inserido no debate intelectual da época, compreender a identidade do povo brasileiro e solucionar o problema da

¹ Plano de Pesquisa PIBIC/UnB, Edições 2017 a 2022: “Conteúdos políticos do debate educacional dos anos 1920 e 1930 no Brasil: projetando a cidadania brasileira e a identidade modernas pela educação”, coordenado pela Profa Dra. Léa Carrer Iamashita.

mestiçagem, seria essencial para pensar e planejar o desenvolvimento do Brasil e retirá-lo da posição de atraso civilizacional, frente às nações já consideradas modernas. Isso porque esse racismo científico, elaborado na Europa, prescrevia que nações não brancas ou mestiças não tinham perspectivas civilizacionais promissoras.

Com os efeitos trágicos e impactantes da I Guerra Mundial, na visão de mundo etnocêntrica europeia, que classificava os estágios evolutivos de povos e países, e que se considerava o centro civilizacional do mundo, ficou bastante abalada. As teorias “científicas” produzidas pelo centro “civilizado” produtor da guerra ficaram deslegitimadas. Assim, brechas se abriram para que as nações periféricas à Europa ocidental pensassem a si mesmas e por si mesmas.

Também, no Brasil, na década de 1920, se intensificou um debate político-intelectual mais autônomo no que se refere às formas de solucionar o atraso civilizacional brasileiro. Ao longo da década, a lógica da raça foi sendo questionada e em seu lugar foi se impondo a lógica da cultura para orientar e compreender a identidade nacional, bem como para projetar a modernização do país.

Léa Carrer Iamashita indicou que, à medida que o debate intelectual brasileiro rejeitava as características genéticas como determinantes do caráter brasileiro, os projetos eugenistas de base biológica deixaram de ser eleitos como forma de debelar os males do país - a miséria, as doenças e o analfabetismo. (2016)

Segundo a autora, ao longo da década, o atraso brasileiro passou a ser interpretado como decorrente da falta de desenvolvimento, por isso a educação passou a ser vista como a principal estratégia de modernização nacional. A efervescência política e renovadora da década expressou-se inclusive na fundação de muitas ligas civis pelo país, como a criação da ABE - Associação Brasileira de Educação, em 1924, que conduziu o debate modernizador educacional no Brasil e promoveu congressos nacionais de educação. Na mesma década, reformas educacionais foram implementadas pelos estados, todos estas tomando a educação como política salvacionista para os problemas sociais brasileiros. (IAMASHITA, 2016)

Enquanto o debate político-educacional no âmbito dos Congressos Nacionais da ABE priorizava a formação do trabalhador brasileiro adequado à sociedade capitalista, que se tornasse mais produtivo, que adquirisse conhecimentos higiênicos, que desenvolvesse hábitos “civilizados” e moralizados, Mário de Andrade defendia a educação para desenvolver o ser humano pleno, o cidadão moderno de uma nação que almejasse ser moderna. Segundo ele, tal plenitude só seria alcançada quando a educação incluísse a arte, a estética, a cultura. Assim pensava Mário, em meio à reflexão

modernista de reinvenção do Brasil.

Sabemos que mesmo dentro do movimento modernista havia diferentes projetos de Brasil. Por exemplo, o grupo modernista paulista denominado Verde-Amarelo, composto por personalidades como Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, apresentava um perfil conservador e ufanista.

Na contramão do projeto de Brasil dos Verde-Amarelos estavam Mário de Andrade e seu grupo de amigos de São Paulo, como Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Paulo Magalhães, Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral, Guilherme Figueiredo, dentre outros. Predominava neste grupo a preocupação com a democratização da cultura ou a cultura “para todos”, que pensava na inclusão da classe trabalhadora brasileira por meio de uma educação integral e humanizadora.² Para este grupo, cultura e educação eram imprescindíveis e inseparáveis para a transformação social brasileira. Liderando este grupo, Mário de Andrade se destacou no debate intelectual acerca da formulação de uma educação crítica e da valorização da cultura brasileira.

Lembremos que, na década de 1930, após a “Revolução”, o regime político no país foi redirecionado, e já ao assumir a presidência na forma de Governo Provisório, Getúlio Vargas anunciou a instauração de um tempo novo e de uma nova forma de fazer política. Convidou e/ou assimilou aos quadros de governo intelectuais de diferentes correntes de pensamento, como os positivistas, católicos, socialistas e modernistas.

Nesse momento “pós-revolucionário” também se inseriu Mário de Andrade como intelectual convidado a contribuir com os novos tempos. Teve então a oportunidade de colocar suas reflexões em prática, de apresentar sua visão do papel do Estado na solução de problemas sociais e na realização de políticas cultural-educacionais.

Como fora desbancada da posição hegemônica na política nacional com a Revolução de 30, e ainda derrotada na Revolução Constitucionalista de 1932, a burguesia paulista idealizou um caminho de retorno à centralidade política dentro da federação brasileira. Uma das medidas para alcançar esse objetivo foi desenvolver projetos cultural-educacionais em São Paulo. O investimento na formação do “cidadão paulista” era um dos meios pelos quais a elite do estado visava a projetar São Paulo como vitrine, como vanguarda da modernização brasileira.

² As trocas, contribuições, críticas e amadurecimento do pensamento conjunto desse grupo aconteceram entre 1926 e 1931, no apartamento de Paulo Duarte, como este mesmo menciona em seu livro “Mário de Andrade por ele mesmo” (DUARTE: 1985).

Dentre os representantes dessa burguesia preocupada com a recuperação hegemônica de São Paulo destacou-se Fábio Prado e seus companheiros de classe política, “os ilustrados”, como os chamou Elizabeth Abdanur. (1992)

Integrante da alta e tradicional elite paulista, o prefeito da cidade de São Paulo (set/1934 a abr/1938), Fábio Prado defendia ardorosamente a necessidade de investimento na cultura para o desenvolvimento social. Prado chegou a usar a expressão "situação de mazela espiritual" para referir-se ao desprezo dos governos e dos homens ricos paulistas pela esfera cultural. (ABDANUR, 1992)

Nomeado prefeito da capital paulista em 1934, durante a interventoria de Armando de Salles Oliveira, Fábio Prado convidou outro defensor da cultura para chefiar seu gabinete, o jornalista Paulo Duarte. Este, ao assumir o cargo em 1935, desempenhou importante papel na organização de um programa cultural que levou à criação de um departamento de cultura para o município.

Mário de Andrade foi então convidado para, junto a Duarte, pensar e conceber o “Departamento de Cultura e Recreação da Municipalidade de São Paulo”, que foi instituído pelo prefeito Fábio Prado por meio do Ato nº 861, de 30/05/1935. O órgão exerceu larga influência na democratização da cultura do estado.

Foi como primeiro diretor deste Departamento de Cultura que Mário de Andrade passou a compor o governo paulistano. Em carta publicada em 1937, endereçada a Paulo Duarte, Mário o parabeniza pela política pública que elevava a cultura:

Quero aplaudir sem reservas o trabalho de defesa do nosso patrimônio cultural a que agora você está se dando com tanta atividade. Num país como o nosso em que a cultura infelizmente ainda não é uma necessidade cotidiana de ser, está se aguçando com violência dolorosa o contraste entre uma elite que realmente se cultiva e um povo abichornado em seu rude corpo. Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior nivelamento geral de cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividade o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz. Tarefa que compete aos governos.³

Para o intelectual competia à elite tornar a cultura rotineira entre a população. Para Antônio Cândido, no que tange à parceria entre Mário de Andrade e Paulo Duarte, não se tratava apenas da defesa de rotinização da cultura, mas da “tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da

³ RAM-206, 2015: 74.

maioria, através de instituições planejadas”. (DUARTE, 1985: XIV)

Botelho e Hoelz (2018) chamam nossa atenção para o contraste que Mário fez entre ‘uma elite que realmente se cultivava e um povo abichornado em seu rude corpo’, evidenciando que a hierarquia social também é traduzida na diferença de acesso à cultura. Era como se o intelectual cogitasse de uma esperança ao atribuir uma nova função à burguesia brasileira, a de elevar as classes populares até o patamar de acesso à cultura que só a elite tinha; ou que Mário tivesse um pensamento enviesado por certos condicionantes teóricos incapazes de abarcar a complexidade social.

Observamos, porém, que as visões de Mário quanto ao desenvolvimento da cultura não eram exatamente as mesmas do prefeito Fábio Prado. Para este, a construção de instituições de cultura e de ciências, como a USP, a Escola Livre de Sociologia e Política e o Departamento de Cultura, deveriam conduzir o país, rumo à “verdadeira” nacionalidade, à harmonia social e à estabilidade política – necessariamente guiado pelo estado de São Paulo. Inclusive, segundo Abdanur, na visão de Prado, dever-se-ia cuidar da imobilização política, do controle das massas, do combate às ideias e militâncias socialistas e comunistas, dos direitos mínimos dos trabalhadores e da educação como fonte de disciplina do cidadão-trabalhador. (1992)

Vemos assim que enquanto Prado enxergava no projeto cultural paulista a oportunidade de realocar o estado na simbólica e prestigiosa posição de “locomotiva condutora da nação”, Mário reclamava políticas cultural-educacionais capazes de “elevar o espírito” do cidadão comum, pois acreditava que para modernizar o país, primeiramente dever-se-ia modernizar os trabalhadores. Por “elevação do espírito” entenda-se a elevação do nível cultural dos trabalhadores, do processo de conferir a estas ferramentas intelectivas capazes de os fazerem gozar do acesso aos bens culturais. Vejamos mais detidamente em quais aspectos o pensamento de Mário destoava em relação ao de Fábio Prado.

Iniciemos a análise dos argumentos defendidos por Mário por meio do seu discurso na formatura dos alunos do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em 1935:

porque não é apenas a cultura que anda desnorteada por cá, antes, a reação moral diante dos problemas da cultura é que ainda não se elevou nada; anda réptil, viscosa, preguiçosa, envenenando tudo”.⁴

Ao tecer esta crítica, Mário referiu-se à burguesia brasileira que, para ele, era

⁴ RAM - 26, 1936: 77.

demasiado preocupada e limitada a apenas certos aspectos dos problemas nacionais. Era a “reação moral preguiçenta” da burguesia que dificultava os avanços em torno da democratização cultural. Com o adjetivo preguiça, Mário certamente se referia ao desinteresse e à falta de atitude para a produção de modernização para a maioria. A burguesia brasileira, segundo percepções de Mário, era apática e não se sensibilizava com a popularização da cultura.

Ainda segundo Mário, essa “preguiça” ia de encontro ao “espírito da época”, que demandava avanços intelectuais e político-institucionais - esforços de formulação e popularização da brasilidade, algo para o qual, segundo o escritor, a burguesia brasileira não demonstrava empenho.

Na ocasião da mesma formatura, disse ele que no Brasil não havia mecenas, pois, “os ricos, mesmo inculturados, pensavam ser culturados, já os pobres, em outra mão, mesmo inculturados, não se pretendiam culturados”.⁵ Mário criticou diretamente a elite econômica brasileira chamando-a de inculturada, indicando sua deficiência intelectual e denunciando o desinteresse daquela pelo fomento “das coisas culturais”. Para ele, a classe burguesa, informada pelo catolicismo, fazia caridades apenas às Santas-Casas, doava, apenas, aos pobres, aos doentes, aos idosos e às crianças. Não que criticasse a ação de doar em si, mas a limitação e a intenção que a regia. Para ele, se tratava de uma espécie de caridade cuja ação visava a própria salvação. Tratou-se mesmo de crítica à filantropia de “manutenção à pobreza”.⁶

Para Mário, era necessário ir além e, para isso, era imprescindível trabalhar na raiz do problema, fomentando, assim, o ensino de cultura a todos, enfatizado por ele como uma responsabilidade do Estado.

Fica explícito a defesa da democratização cultural pelo modernista. Na sua visão era o encadeamento cultura-educação que levaria à humanização por direito do povo brasileiro, sendo isso a solução civilizacional do Brasil.

Observemos que em sua visão a humanização é direito de cada cidadão brasileiro. Para alcançá-la, a formação/educação do ser humano deve ser ampla, deve atender às necessidades da cultura, da estética e da arte para o desenvolvimento completo do ser. Não devendo, assim, ser voltada apenas para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades do indivíduo às demandas das instituições capitalistas.

Ainda no mesmo discurso, Mário de Andrade afirma:

⁵ RAM-26, 1936: 80-81.

⁶ RAM-26, 1936: 80-81.

De uma proteção à cultura todos desconfiam porque ainda não se percebeu em nossa terra que a cultura é tão necessária como o pão, e que uma fome consolada jamais não equilibrou nenhum ser e nem felicitou a qualquer país. [...] Eu vos quero alterados por um tropical amor do mundo, porque eu vos trago o convite da luta. Permiti-me a incorreção desta vulgaridade; ela porém não será talvez tão vulgar, pois que não vos convido á luta pela vossa vida, nem á caridosa dedicação pela vida enferma ou pobre, mas exatamente a luta por uma realidade mais culta e mais de todos.⁷

No trecho acima, percebe-se que o intelectual elevou a importância da popularização da cultura até o mesmo patamar do “pão”, para expressar a essencialidade da cultura para a sobrevivência do "humano". Diante do descrédito sofrido pela cultura no país e diante do tipo de "benevolência" oferecido pela burguesia, Mário insistiu que a "fome consolada", ou seja, a caridade, nunca foi suficiente para felicitar país algum e que o desenvolvimento do país estava exatamente na "realidade mais culta e mais de todos".

A operacionalização da educação cultural para a popularização da cultura

Em carta de 1937, endereçada a Paulo Duarte, Mário apontava uma das formas de concretizar a popularização da cultura: “cumpre organizar os serviços, forçar a vitalidade dos museus e a criação de institutos culturais que ajam pelos processos educativos extrapedagógicos que cada vez mais estão se tornando os mais capazes de ensinar”.⁸ Mário e seu grupo acreditavam na eficiência dos institutos culturais no desenvolvimento do cenário sociocultural brasileiro.

Ao afirmar a capacidade promissora dos “processos educativos extrapedagógicos”, duas propostas foram destaques nos escritos e nas realizações do intelectual: a atitude estética e os parques infantis.

Dentre os institutos culturais que realizariam os processos educativos extrapedagógicos os museus ocupavam posição de relevância na proposta de Mário, justamente pela importância atribuída à atitude estética. Dentre o amplo escopo de sugestões educativo-culturais, Mário definia a “atitude estética” como um gozo pelo prazer desinteressado na contemplação reflexiva das várias formas de manifestação artística. (COUTINHO, 2017)

Este “prazer desinteressado na contemplação reflexiva” dizia respeito à percepção crítica fundamentada do sujeito que observa por exemplo, uma pintura. Não se tratava de desinteresse propriamente dito, todavia de uma relação cujo objetivo era “elevar o espírito” do observador. Por "elevação do espírito" entenda-se a elevação do

⁷ RAM-26, 1936: 85.

⁸ RAM-206, 2015: 74.

nível cultural dos trabalhadores, do processo de conferir a estas ferramentas intelectivas capazes de os fazerem gozar do acesso aos bens culturais. Por isso, para o modernista, a arte deveria ter propósito, deveria ser engajada socialmente, não sendo limitada a ser arte pela arte.

Ao falar sobre vulgarização ou popularização da inteligência, Mário acreditava que o conhecimento científico feito dentro de organizações responsáveis, ao contrário do que era costume, sendo mantido e compartilhado apenas entre a elite intelectual, deveria ser difundido na forma de irradiadores para o povo, não em situação de tutela. Assim Mário concebia os museus:

Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus. Mas, pelo amor de Deus! museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobressaio contra o vandalismo e o extermínio. [...] Os museus municipais devem ter outra constituição, que será regulamentada pelos governos centrais. Devem conter de tudo. Devem ser museus arqueológicos, folclóricos, históricos, artísticos e também de ar livre e indústria.⁹

Para o intelectual, se os museus fossem espaços vivos, de “ensinamento ativo”, haveria a presença do povo nestes lugares e o próprio povo protegeria esses lugares contra o vandalismo e o extermínio. O assunto vandalismo era pauta de discussão naquele momento, inclusive sendo fruto de uma campanha de 1937, denominada “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, desencadeada por Paulo Duarte no jornal “O Estado de S. Paulo”. Sobre os museus, continua Mário:

Mas não se esqueça, Paulo Duarte, de legislar que nesses museus municipais, como em quaisquer outros, haverá visitas obrigatórias, um dia de trabalho, de operários, estudantes, crianças etc. Visitas vivas, sem conferência de hora, mas acompanhadas de explicador inteligente. Sem isso não haverá museu, mas cemitério. Sem isso, sem o auxílio do povo esclarecido, jamais conseguiremos nada de permanentemente eficaz contra vandalismos e extermínios.¹⁰

Ao dizer que estudantes, crianças e operários deveriam frequentar esses espaços, Mário deixou claro quem era o alvo da democratização cultural. Ao reivindicar a presença de um guia nas visitas, ou um “explicador inteligente”, o intelectual insistia na necessidade de se fazer a ponte entre o conhecimento disponível no espaço museológico e os visitantes.

⁹ RAM-206, 2015: 73.

¹⁰ RAM-206, 2015: 74.

Além dos museus, Mário defendeu a criação da “Coleção de livros populares de arte”, que eram “pensadas como soluções para tornar a arte mais acessível às camadas mais pobres da sociedade” (SCHNEIDER, 2002: 82). Dentro dos museus deveriam ser disponibilizadas coleções de grandes obras, de todas as escolas de arte, reproduzidas por meios mecânicos. Os livros populares seriam concebidos por Mário e trariam registros sobre pintores e escultores (SCHNEIDER, 2002).

Quanto ao outro projeto notório de Mário - os Parques Infantis, se integrava às propostas da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura. Tratava-se de um projeto pioneiro em São Paulo e liderado por Nicanor Miranda, direcionado inicialmente para crianças entre 3 e 12 anos, filhas da classe trabalhadora. O projeto desses parques infantis partia de pesquisas nas comunidades em que estavam inseridos a fim de saberem sobre a situação social.

Tendo em vista os princípios de educar, assistir e recrear, esses parques buscavam resgatar e construir a identidade cultural brasileira, conhecer os hábitos culturais das crianças, ensinar a cultura nacional e despertar a consciência nacional e a solidariedade humana (FARIA, 1999).

Tratava-se de um projeto pioneiro na educação infantil paulista de busca da identidade nacional considerando as crianças filhas do proletariado – a formação de um proletariado crítico à educação tradicional e disciplinadora que enxergava a transformação das crianças em adultos como um processo puramente biológico, que hierarquizava a transmissão de adultos para crianças da cultura. Ou seja, as crianças não eram enxergadas, por essa pedagogia tradicional, como sujeitos de direitos, como protagonistas, sujeitos ativos na construção da cultura (FARIA, 1995).

A educação nesses parques infantis era centrada na cultura brasileira, no folclore, na natureza, no lúdico, na vivência com a diversidade étnica, levando, assim, as crianças a conhecerem diversas sociedades e regras. Deveriam ser escolas de saúde e alegria – educação moral, higiênica e estética. O jogo lúdico, por sua vez, estimularia a criatividade, a arbitrariedade e também ensinaria regras de convívio social. Mário almejava e colocava em prática a educação pela educação, não uma educação focada no trabalho subserviente às demandas capitalistas (FARIA, 1995).

Segundo Ana Lúcia Faria (1999), não era uma instituição assistencial, mas educativa, focada na cultura, não compartilhando da pedagogia tradicional, da qual Mário era crítico. De início foram criadas três unidades: D. Pedro II, Lapa e Ipiranga; posteriormente, foram instituídos o da Mocca e o de Santo Amaro. Vejamos o empenho de Mário na defesa dos parques, ao escrever para Paulo Duarte:

Sim, temos enorme necessidade de escolas primárias e de alfabetização. Mas a organização intelectual de um povo não se processa cronologicamente, primeiro isto e depois aquilo. [...] Não entreparemos, portanto no sofisma sentimental do ensino primário. Ele é imprescindível, mas são imprescindíveis igualmente os institutos culturais em que a pesquisa vá de mãos dadas com a vulgarização, com a popularização da inteligência.¹¹

Vemos que o modernista reconhecia que o ensino primário era imprescindível, reconhecia a necessidade da alfabetização em um país com tantos analfabetos à época, contudo ele alertava para a complexidade do processo educativo e da aprendizagem. O parque infantil que ele concebia era uma instituição cultural e não uma pré-escola.

Para Mário, a escola primária à época era “apegada” e tradicional, incapaz de realizar a tarefa necessária de proporcionar à criança a expressão artística integrante do processo de constituição de cada sujeito. Em razão dessa incapacidade das escolas primárias no Brasil, Mário depositava seus votos nas instituições culturais que dariam às crianças brasileiras a oportunidade de se expressarem por meio da produção artística (SCHNEIDER, 2002).

Gostaríamos ainda de salientar outras preocupações culturais de Mário como a questão do teatro e do canto brasileiros, percebidas por ele como cuidados civilizacionais. Em 1937, o Departamento de Cultura de São Paulo, ainda dirigido por Mário de Andrade, organizou em São Paulo o primeiro “Congresso da Língua Nacional Cantada no Brasil”.

Para anunciar a ocasião Mário publicou no jornal “O Estado de S. Paulo” um texto intitulado “A língua nacional”, expondo os objetivos do Congresso. Estes, segundo ele, tratavam da “[...] escolha duma língua-padrão a ser usada em nosso teatro erudito e o acondicionamento dessa língua-padrão às exigências do canto”.¹² Ou seja, a finalidade do Congresso era tratar dos problemas brasileiros de fonética, da dicção cantada e da declamação feita no teatro. No artigo “A língua nacional”, Mário explicou:

Não se tratará, pois, de desrespeitar a língua dos Portugueses, mas exclusivamente de respeitar um bocado mais a nossa e defendê-la dos crimes e dos perigos que está sofrendo no teatro e no canto do Brasil. [...] A fala nacional, perturbada por fortes diferenciações regionais, ainda não se definiu em suas manifestações artísticas nem no teatro, nem na declamação, nem na arte.¹³

¹¹ RAM-206, 2015: 74-75.

¹² RAM-206, 2015: 74-75.

¹³ RAM-206, 2015: 74-75.

Para entender melhor a preocupação de Mário com a padronização da língua nacional recorreremos à contribuição de Botelho e Hoelz:

A proposta do Congresso de fixar normas – e não leis, como se faz questão de advertir – de pronúncia para a língua cantada implicaria unificação apenas no sentido de permitir comunicação entre a linguagem do canto erudito e a diversidade da língua popular, ao codificar essas diferenças em uma tradição ... não unificação no sentido de homogeneização, isto é, de apagamento dessas diferenças, que constituem “uma força que nenhuma pessoa nem nenhuma entidade coletiva conseguirá destruir. (2018: 349-350)

Podemos compreender a defesa de Mário em um momento no qual definir a cultura nacional era preocupação identitária fundamental. Como se entendia que a cultura nacional estava em fase de formação, portanto ainda sem padronização, o intelectual queria protegê-la de uma europeização do canto e da fala, proteger a autenticidade do falar brasileiro para que o país pudesse ser incluído no concerto polifônico da música ocidental. Tratava-se, portanto, de uma postura “desprovincianizante” e de defesa da brasilidade.

Assim, acreditamos ter evidenciado a singularidade da reflexão político-cultural-educacional de Mário de Andrade. Educação e cultura para ele deveriam andar de mãos dadas, necessariamente inseparáveis. Suas proposições de modernização da classe trabalhadora brasileira passavam por um projeto cultural-educacional complexo e interligado em diversos níveis de empreitadas políticas e institucionais com o fim de transformar pessoas, humanizando-as, “elevando seus espíritos”. Uma visão democrática de sociedade, pois defendia uma educação plena para todos, afirmando que a oportunidade de acesso aos bens culturais não deveria mais ser restrita à burguesia.

Vimos que no contexto de um amplo projeto para retomar a hegemonia do estado de São Paulo no quadro da federação brasileira, um grupo da burguesia paulista, “os ilustrados”, investiu em um grande projeto cultural. Ainda que não compartilhassem exatamente dos mesmos intentos deste grupo, Mário de Andrade e seus semelhantes se articularam nessa oportunidade, comunicando suas visões de formação do cidadão brasileiro que desencadeassem a modernização efetiva da nação brasileira.

Segundo a visão do intelectual, a educação cultural do cidadão brasileiro seria alcançada por meio de atividades extrapedagógicas planejadas e promovidas por instituições culturais, particularmente os museus e os parques infantis. A democratização da cultura, a popularização da arte, o acesso de todos aos bens culturais, pensados e propostos por ele, visavam um povo civilizado capaz de constituir uma

nação “civilizada”. “Civilizar” o povo brasileiro significava elevá-lo culturalmente, desenvolvê-lo, integrá-lo a um projeto nacional e não manter a histórica fragmentação da sociedade brasileira entre cidadãos de primeira e segunda classe.

De fato, se a teoria são os óculos para “enxergar” seu objeto de estudo, a Nova História Política nos possibilitou ver Mário aproveitando as possibilidades do seu contexto histórico e, ao mesmo tempo, sendo limitado por ele. Foi assim que compreendemos a atuação de Mário de Andrade, como um enorme empenho pessoal em prol da popularização da cultura, fruto do seu idealismo, de sua inteligência a favor da causa nacionalista sob a perspectiva democrática e ao mesmo tempo limitado pelo mesmo contexto.

FONTES

Revista do Arquivo Municipal – RAM, n. 26, “Cultura Musical”, p. 75-86, 1936. Disponível em: <https://bit.ly/3jEmGUF>. Acesso em: 13 dez. 22.

Revista do Arquivo Municipal – RAM, n. 206, “A língua nacional”, p. 63-69, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3jEmGUF>. Acesso em: 13 dez. 22.

Revista do Arquivo Municipal – RAM, n. 206, “Carta a Paulo Duarte”, p. 71-75, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3jEmGUF>. Acesso em: 13 dez. 22.

BIBLIOGRAFIA

ABDANUR, Elizabeth F. **Os “Ilustrados” e a Política Cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na Gestão Mário de Andrade (1935-1938)**. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 187, 2002.

BERRIEL, Carlos E. **Mário de Andrade hoje**. Vol. IV. São Paulo: Ensaio, 1990.

BERSTEIN Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. Macunaíma contra o Estado Novo: Mário de Andrade e a democracia. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 02, p. 335-357, mai.-ago./2018.

CABRAL, Maria A. S. Um novo olhar para a infância: Mário de Andrade e o projeto dos Parques Infantis em São Paulo (1935-1938). In: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS – XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH RIO, **Anais**, 2014, Rio de Janeiro.

COUTINHO, Rejane G. Mário de Andrade, a educação estética e a mediação cultural. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 26º, 2017, Campinas. **Anais do 26º Encontro da Anpap**. Campinas: Pontificia Universidade

Católica de Campinas, 2017, p. 2397-2408.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. 2ª. São Paulo: HUCITEC, 1985

FARIA, Ana Lúcia G. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, dez./1999.

IAMASHITA, Léa M. C. Os projetos de educação e de nação no debate intelectual sobre a modernização do Brasil, na década de 1920. In: IAMASHITA, Léa (org.) **Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais**, Brasília, v. 1, 2016.

_____. Moralismo e Nacionalismo nos projetos educacionais do Brasil na Primeira República. In: **Contra os preconceitos: História e Democracia**, 2017, Brasília. XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Brasília: Universidade de Brasília.

KUHLMANN, Moysés. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, Vol. 25, nº 77, p. 223-244, set.-out./2019.

LEVI, Giovanni, Ilusões biográficas. In. Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Maria W. Parques Infantis em São Paulo: o lúdico como eixo educativo. São Paulo, s.d.

SCHNEIDER, Marta I. “**A arte é feita com sangue, espírito e tumulto de amor**”: um estudo das reflexões de Mário de Andrade sobre arte e educação. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 103, 2002.

SENA, E. A. . Um turbilhão sublime: Mário de Andrade e o Departamento de Cultura de São Paulo. In: **Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2019, Rio de Janeiro. Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2019.

VELLOSO, Mônica P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, nº 9, p. 57-74, 1997.